



PROTOCOLO MODIFICATIVO DO ACORDO
DE ALCANCE PARCIAL No. 12, SUBS
CRITO ENTRE BRASIL E PERU

ALADI/SEC/di 25.3
3 de agosto de 1981

Os Plenipotenciários da República Federativa do Brasil e da República do Peru, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, com poderes apresentados em boa e devida forma, convêm em celebrar o presente Protocolo modificativo do Acordo de alcance parcial, suscrito entre ambos países em dezanove de dezembro de 1980 (Acordo no. 12).

Artigo 1o.- Substitui-se o Anexo do mencionado Acordo pelo Anexo do presente Protocolo.

Artigo 2o.- A partir de 17 de maio de 1981 e até 31 de dezembro de 1981, vigorarão as condições indicadas no Anexo para a importação dos produtos nele incluídos, originários e procedentes do território dos respectivos países signatários.

Artigo 3o.- Substitui-se o artigo 2o. do mencionado Acordo pelo seguinte:

"Artigo 2o.- Os países signatários prosseguirão as negociações iniciadas em virtude da Resolução 1 do Conselho de Ministros, a respeito dos produtos identificados no Anexo do presente Acordo, a fim de concluí-las antes de 31 de dezembro de 1981."

Artigo 4o.- O presente Protocolo prorroga a vigência do Acordo de alcance parcial no. 12, suscrito por ambos países, até 31 de dezembro de 1981.

Artigo 5o.- No artigo 7o. do mencionado Acordo substitui-se a data "17 de maio de 1981" por "1o. de janeiro de 1982".

Artigo 6o.- Entre 17 de maio e 31 de dezembro de 1981, os países signatários aplicarão aos produtos negociados, constantes do Anexo do presente Protocolo, as preferências vigentes entre ambos em 31 de dezembro de 1980, caso sejam mais favoráveis que as indicadas no referido Anexo.

Nota: O Acordo de alcance parcial no. 12 foi publicado pela ALALC no documento CEP/Distribuição 1983.4.

A Secretaria-Geral da Associação será depositária do presente Protocolo, do qual enviará cópias autenticadas aos Governos signatários.

EM FÉ DO QUE, os respectivos Plenipotenciários subscrevem o presente Protocolo na cidade de Montevideu, aos dezesseis dias do mês de maio de mil novecentos e oitenta e um, em um original nos idiomas português e castelhano, sendo am bos os textos igualmente válidos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil:

Alfredo Teixeira Valladao

Pelo Governo da República do Peru:

Luis Macchiavello Amorós

//

ANEXO

PREFERENCIAS ACORDADAS PELOS PAISES SIGNATÁRIOS
PARA A IMPORTAÇÃO DOS PRODUTOS NEGOCIADOS

BRASIL

Nº BALANÇO	PRODUTO	REGIME LEGAL	TARIFA AD VALOREM	ADICIONAIS AD VALOREM	ENCARGOS AD VALOREM	DEPÓSITO NÃO RESTITUIVEL	MELHORAMENTO DE PORTOS	EMOLUMENTOS CONSULARES	OUTROS	OBSERVAÇÕES
07.03.0.01	Azeitonas	LI	5	NE	E	NE	E	NE	NE	Autorização do Ministério da Agricultura
12.07.0.07	Orégão	LI	5	NE	E	NE	E	NE	NE	Autorização do Ministério da Agricultura
16.04.0.02	Preparações e conservas de bonito	LI	45	NE	E	NE	E	NE	NE	Autorização do Ministério da Agricultura
16.04.0.04	Preparações e conservas de sardinha	LI	50	NE	E	NE	E	NE	NE	Autorização do Ministério da Agricultura
22.09.2.02	Aguardente de uvas ("Pisco")	LI	21	NE	E	NE	E	NE	NE	Autorização do Ministério da Agricultura
22.09.3.01	Licor de anis ou anisado	LI	56	NE	E	NE	E	NE	NE	Autorização do Ministério da Agricultura
25.30.0.05	Boratos de sódio (bórax natural)	LI	5	NE	E	NE	E	NE	NE	
26.01.1.95	Minérios de antimônio	LI	0	NE	E	NE	E	NE	NE	
28.04.9.05	Selênio	LI	10	NE	E	NE	E	NE	NE	
28.04.9.07	Telúrio	LI	10	NE	E	NE	E	NE	NE	
28.11.0.01	Anidrido arsenioso (trióxido de arsênico, óxido arsenioso, arsênico branco)	LI	15	NE	E	NE	E	NE	NE	
28.27.0.03	Bióxido de chumbo (anidrido plúmbico, óxido pulga)	LI	10	NE	E	NE	E	NE	NE	
28.28.3.07 (1)	Óxido e hidróxido cuproso	LI	10	NE	E	NE	E	NE	NE	

(1) O presente item foi considerado na negociação para ser incorporado ao Acordo definitivo com uma preferência que vigoraria por dois anos.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
28.28.3.99			LI	13	NE	E	NE	E	NE	NE	
28.28.3.99			LI	13	NE	E	NE	E	NE	NE	
28.38.1.10			LI	10	NE	E	NE	E	NE	NE	Quota: 1.500 toneladas (1)
38.03.1.01			LI	10	NE	E	NE	E	NE	NE	
38.19.0.02			LI	15	NE	E	NE	E	NE	NE	
49.01.1.01											
49.01.1.02			LI	0	NE	E	NE	E	NE	NE	
49.01.9.01			LI	0	NE	E	NE	E	NE	NE	
49.02.0.01			LI	0	NE	E	NE	E	NE	NE	
59.05.1.02			LI	0	NE	E	NE	E	NE	NE	
71.05.1.01			LI	30	NE	E	NE	E	NE	NE	
71.13.0.01			LI	0	NE	E	NE	E	NE	NE	
74.01.2.01			LI	55	NE	E	NE	E	NE	NE	Sob reserva do artigo 7 do Decreto-Lei no. 63 de 21/XI/66 e Resolução 126 do CONCEX
74.01.3.01			LI	5	NE	E	NE	E	NE	NE	Sob reserva do artigo 7 do Decreto-Lei no. 63 de 21/XI/66 e Resolução 126 do CONCEX

(1) A quota estabelecida foi negociada para um ano. Excepcionalmente neste Acordo se outorga até 31/XII/81.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
74.01.3.03	Cobre em "wire bars"	LI	5	NE	E	NE	E	NE	NE	Sob reserva do artigo 7 do Decreto-Lei no. 63 de 21/XI/66 e Resolução 126 do CONCEX
78.01.1.01	Chumbo em lingotes ou pães	LI	5	NE	E	NE	E	NE	NE	Sob reserva do artigo 7 do Decreto-Lei no. 63 de 21/XI/66 e Resolução 126 do CONCEX
78.01.1.11	Chumbo eletrolítico em lingotes, inclusive em pães	LI	5	NE	E	NE	E	NE	NE	Sob reserva do artigo 7 do Decreto-Lei no. 63 de 21/XI/66 e Resolução 126 do CONCEX
79.01.1.01	Zinco em bruto sem liga, em lingotes ou pães	LI	5	NE	E	NE	E	NE	NE	Sob reserva do artigo 7 do Decreto-Lei no. 63 de 21/XI/66 e Resolução 126 do CONCEX
79.01.2.01	"Zamac" em lingotes	LI	5	NE	E	NE	E	NE	NE	Sob reserva do artigo 7 do Decreto-Lei no. 63 de 21/XI/66 e Resolução 126 do CONCEX
81.04.2.01	Bismuto em bruto	LI	5	NE	E	NE	E	NE	NE	Sob reserva do artigo 7 do Decreto-Lei no. 63 de 21/XI/66 e Resolução 126 do CONCEX
81.04.2.02	Cádmio em bruto	LI	5	NE	E	NE	E	NE	NE	Sob reserva do artigo 7 do Decreto-Lei no. 63 de 21/XI/66 e Resolução 126 do CONCEX

Notas explicativas da planilha:

E - Exigível

NE - Não exigível

a) A aplicação do gravame adicional, quando na coluna 5 figurar como não exigível (NE) não repercutirá para estes produtos por não ser objeto de negociação e sua eventual alteração para terceiros países não dará lugar a reclamação quanto à margem de preferência.

//

- b) O imposto sobre Operações Financeiras (coluna 6): Não negociável; na atualidade o montante é de 25 por cento, reduzido a 20 por cento nas operações de mudança relativas ao pagamento de importações de mercadorias realizadas ao amparo de concessões tarifárias negociadas no âmbito da ALAIC/ALADI originárias e procedentes dos países-membros beneficiários da concessão (Decreto-Lei no. 1.783, de 18/IV/1980 e no. 1.844, de 30/XII/1980; Resoluções do Banco Central nos. 619, de 29/V/1980, 634, de 27/VIII/1980 e 683, de 5/III/1981).
- c) O artigo 10. do Decreto no. 66.175 derogou a exigência do visto consular na fatura comercial correspondente à importação de produtos de qualquer procedência, igualmente, o artigo 20. prevê que o Ministério das Relações Exteriores, se o recomendar o Conselho de Política Aduaneira, poderá restabelecer a exigência, de modo genérico ou apenas para países isolados ou grupos de países, de acordo com as condições prevalescentes nos mercados nacional e internacional (coluna 9).
- d) Sujeito, no que corresponder, à Resolução no. 638 do Banco Central do Brasil de 24/IX/1980 (financiamento às operações de câmbio) (coluna 10).

PERU

NABALALC	PRODUTO	TARIFA NACIONAL	RESIDUAL (AD VALOREM)	OBSERVAÇÕES
1	2	3	4	5
02.01.2.02	Fígados	20*	2	Regime agropecuário (1)
02.01.2.03	Línguas	20*	2	Regime agropecuário (1)
02.01.2.99	Rins e corações (exceto de suínos)	20*	2	Regime agropecuário (1)
09.04.0.01	Pimenta (do gênero "Piper"), somente inteira	50	30	Regime agropecuário (1)
09.07.0.01	Cravo-da-Índia (cravo-de-cheiro) (frutos, flores e pedúnculos)	50	25	
15.07.1.09	Óleo de linho (linhaça), em bruto	15	10	Regime agropecuário (1)
15.07.1.16	Óleo de oiticica, em bruto	15	10	Regime agropecuário (1)
15.07.2.16	Óleo de oiticica, purificado ou refinado	20	10	Regime agropecuário (1)
15.16.0.02	Carnaúba	20	5	Regime agropecuário (1)
20.02.1.03	Ervilhas, em recipientes herméticamente fechados	60	40	Regime agropecuário (1)
20.06.1.05	Conservas de pêssegos, ao natural	60	40	Regime agropecuário (1)
20.06.2.05	Conservas de pêssegos, em calda	60	40	Regime agropecuário (1)
20.06.4.02	Nozes ou castanhas de caju, em pacotes ou recipientes que não pesem mais de 2 kg	60	35	Regime agropecuário (1)
27.06.0.01	Alcatrões de hulha	15	10	
27.13.1.01	Parafina, inclusive colorida	15	1	
28.20.2.01	Córrindons artificiais	15	10	
28.56.0.02	Carboneto de silício (silicieto de carbono, carborundum)	15	10	

(*) Por Decreto Supremo no. 076-81-EF, de 2 de abril de 1981, estabeleceu-se temporariamente um direito de importação de zero por cento (0%) ad valorem CIF, até 31 de dezembro de 1981. Estas modificações transitórias não alteram os termos do presente Acordo.

(1) Ver regime agropecuário no Anexo.

//

329

1	2	3	4	5
29.15.1.01	Ácido oxálico	20	12	
29.16.1.01	Ácido láctico, técnico	20	12	
29.24.0.02	Lecitina	25	15	
29.39.3.99	Os demais hormônios <u>có</u> <u>r</u> tico-suprarrenais e <u>se</u> <u>m</u> elhantes, seus ésteres e seus sais	10	5	
30.05.3.01	Cimento dentário	35	30	
32.01.0.01	Extrato tanante de <u>acá</u> <u>cia</u>	20	10	Regime agropecuário (1)
32.08.9.01	Composições vitrificá- veis	30	20	
35.03.1.01	Gelatinas	25	20	
35.03.2.99	Cola forte	25	20	Regime agropecuário (1)
37.03.1.01	Papéis e cartolinas, não reveladas, para imagens monocromáticas, para a produção de decalques fo tográficos (diazóicos, ozalid, ferroprussiato e semelhantes), exceto pa ra a reprodução de plan tas e desenhos indus- triais (diazóicos, oza lid, ferroprussiato e semelhantes)	35	15	
37.03.1.02	Papéis, impressionados ou não, mas não revela dos, para imagens poli cromáticas	35	15	
40.06.1.02	Soluções e dispersões amoniacaais de borracha natural ou sintética <u>es</u> <u>pec</u> iais para selar reci ipientes de folha-de- -flandres	30	17	
47.01.3.04	Pastas químicas de ma deira, à soda e ao sul fato, branqueadas, de coníferas de fibra com prida (com perfurações)	15	5	
49.01.1.01	Livros, folhetos e im presos semelhantes, técnicos e científicos e didáticos, com <u>capa</u> de papel ou cartão	0	0	

(1) Ver regime agropecuário no Anexo.

1	2	3	4	5
49.01.1.02	Livros, folhetos e impressos semelhantes, litúrgicos, com capa de papel ou cartão	0	0	
49.01.9.01	Outros livros, com capa de papel ou cartão	0	0	
49.02.0.01	Jornais e publicações periódicos impressos, inclusive ilustrados	0	0	
70.11.0.04	Bulbos de vidro para tubos catódicos de televisão	5	1	
76.04.0.01	Folhas e tiras delgadas de alumínio de 0,20 mm ou menos de espessura, sem suporte nem impressos	15	8	
76.05.0.01	Pó e partículas de alumínio	25	15	
82.07.0.01	Ferramentas de corte para trabalhar metais constituídas por carbonetos metálicos e cobalto (50%) chamadas "bits" (1)	20	15	
82.11.1.02	Aparelhos de barbear, inclusive acondicionados em caixas ou estojos com até 10 lâminas, avulsas, em expedidores ou em fitas ou tiras	25	10	
82.11.8.02	Lâminas para aparelhos de barbear, avulsas ou acondicionadas em expedidores ou em caixas	35	10	
84.23.2.02	Tratores niveladores ("bulldozers")	15	5	
84.23.2.99	As demais máquinas para escavação, aterro, nivelação e trabalhos semelhantes	15	5	
84.23.8.02	Pontas e dentes para as máquinas da posição 84.23.2	15	5	

(1) O presente item foi considerado na negociação para ser incorporado ao Acordo definitivo com uma preferência que vigeria por dois anos.

1	2	3	4	5
84.41.8.02	Agulhas para máquinas de costura	30	15	
84.45.3.99	Fresadeiras verticais, horizontais e universais (1)	35	20	
84.45.6.01	Tornos a revólver	45	40	
84.45.6.02	Tornos paralelo universal	45	40	
84.51.1.01	Máquinas de escrever, elétricas	40	20	
84.51.1.99	As demais máquinas de escrever	40	20	
84.52.2.02	Máquinas de contabilidade, elétricas	40	20	
84.52.3.01	Caixas registradoras mecânicas (manuais)	40	20	
84.52.3.02	Caixas registradoras elétricas	40	20	
84.53.0.01	Máquinas automáticas para tratamento da informação e suas unidades; leitores magnéticos ou óticos, máquinas para registro de informações sobre suporte em forma codificada e máquinas para tratamento destas informações, não especificadas nem compreendidas em outras posições, exceto as intercaladoras	30	20	
84.61.9.01	Válvulas de controle de gás em campos petrolíferos "val pack" de tipo "árvore de Natal"	15	10	
85.02.2.01	Ímãs permanentes	50	30	
85.20.8.01	Casquilhos de bronze para a fabricação de lâmpadas incandescentes	10	7	
90.07.1.01	Aparelhos fotográficos de foco fixo (1)	55	20	
90.19.1.01	Aparelhos para facilitar a audição dos surdos	10	5	
95.08.0.01	Cápsulas de gelatina vazias, para medicamentos	25	5	

(1) O presente item foi considerado na negociação para ser incorporado ao Acordo definitivo com uma preferência que vigoraria por dois anos.

ANEXO

CONDIÇÕES A QUE ESTÁ SUJEITA A COMERCIALIZAÇÃO DE
PRODUTOS AGROPECUÁRIOS (REGIME AGROPECUÁRIO)

1. De acordo com o artigo 23 do Decreto Legislativo no. 2 (Lei de Promoção e Desenvolvimento Agrário) a importação e exportação de produtos agrários, incluindo subprodutos e sua comercialização, podem realizar-se por qualquer pessoa natural ou jurídica dentro das disposições tributárias e aduaneiras vigentes.

O indicado no ponto anterior aplica-se a todos os produtos compreendidos nos Acordos de alcance parcial subscritos pelo Peru ao amparo da Resolução 1 do Conselho de Ministros.

2. As restrições de caráter sanitário ou outras serão fixadas no momento de ser estendida a respectiva licença fito e/ou zoonosológica de importação, que estão compreendidas no Regulamento de Importação de Animais, Produto e Subprodutos de origem animal, aprovado por R.S. no. 117-76-AL, de 5 de outubro de 1976, e no Regulamento Sanitário para a Importação e Exportação de Produtos e Subprodutos de origem vegetal, aprovado por R.S. no. 016-76-AL, de 25 de outubro de 1976.

O acima expressado significa que a restrição para a importação de qualquer produto estaria supeditada à situação fito e zoonosológica do país de origem (Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai ou Uruguai).

Por outro lado, faz-se notar que, de acordo com o Regulamento Sanitário mencionado, está proibida a importação de qualquer tipo de hortaliças e frutos em estado fresco de qualquer país, com exceção de peras e pêssegos procedentes da República do Chile.

3. A carne e miúdos estarão sujeitos a regulação de quotas, estabelecidas anualmente pelo Ministério da Agricultura.

Os produtos agrícolas de consumo direto estarão sujeitos a regulação de volumes, estabelecida pelo Ministério da Agricultura.

4. Para o caso das madeiras, cada carregamento e cada espécie deverão estar amparadas pelo correspondente Certificado Fitossanitário e por uma Constância do Grau de Qualidade, expedidos pelos organismos oficiais pertinentes.

PROTOCOLO MODIFICATORIO DEL ACUERDO
DE ALCANCE PARCIAL No. 12, SUSCRITO
ENTRE BRASIL Y PERU

Los Plenipotenciarios de la República Federativa del Brasil y de la República del Perú, debidamente autorizados por sus respectivos Gobiernos, según poderes presentados en buena y debida forma, convienen en celebrar el presente Protocolo modificadorio del Acuerdo de alcance parcial suscrito entre ambos países el diecinueve de diciembre de 1980 (Acuerdo no. 12).

Artículo 1o.- Sustitúyese el Anexo del mencionado Acuerdo por el Anexo del presente Protocolo.

Artículo 2o.- A partir del 17 de mayo de 1981 y hasta el 31 de diciembre de 1981 regirán las condiciones señaladas en el Anexo del presente Protocolo para la importación de los productos incluidos en dicho Anexo que sean originarios y procedentes del territorio de los respectivos países signatarios.

Artículo 3o.- Reemplázase el artículo 2o. del mencionado Acuerdo por el siguiente:

"Artículo 2o.- Los países signatarios continuarán las negociaciones iniciadas en virtud de la Resolución 1 del Consejo de Ministros, respecto de los productos identificados en el Anexo del presente Acuerdo, de manera de concluir las antes del 31 de diciembre de 1981."

Artículo 4o.- El presente Protocolo prorroga la vigencia del Acuerdo de alcance parcial no. 12, suscrito entre ambos países, hasta el 31 de diciembre de 1981.

Artículo 5o.- En el artículo 7o. del referido Acuerdo reemplázase la fecha "17 de mayo de 1981" por "1o. de enero de 1982".

Artículo 6o.- Entre el 17 de mayo y el 31 de diciembre de 1981, los países signatarios aplicarán a los productos negociados, contenidos en el Anexo del presente Protocolo, las preferencias vigentes entre ambos países al 31 de diciembre de 1980, en caso de que sean más favorables que las señaladas en dicho Anexo.

Nota: El Acuerdo de alcance parcial no. 12 fue publicado por la ALALC en el documento CEF/Repartido 1983.4.

//

La Secretaría General de la Asociación será depositaria del presente Protocolo, del cual enviará copias autenticadas a los Gobiernos signatarios.

EN FE DE LO CUAL, los respectivos Plenipotenciarios suscriben el presente Protocolo en la ciudad de Montevideo, a los dieciséis días del mes de mayo de mil novecientos ochenta y uno, en un original en los idiomas castellano y portugués, siendo ambos textos igualmente válidos.

Por el Gobierno de la República Federativa del Brasil:

Alfredo Teixeira Valladão

Por el Gobierno de la República del Perú:

Luis Macchiavello Amorós

//

ANEXO

PREFERENCIAS ACORDADAS POR LOS PAISES SIGNATARIOS
PARA LA IMPORTACION DE LOS PRODUCTOS NEGOCIADOS

ac

//

BRASIL

NABALALC	PRODUCTO	REGIMEN LEGAL	TARIFA AD-VALOREM	ADICIONALES AD-VALOREM	RECARGOS AD-VALOREM	DEPOSITO NO RESSTITUIBLE	MEJORAMIENTO DE PUERTOS	DERECHOS CONSULARES	OTROS	OBSERVACIONES
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11

07.03.0.01	Aceitunas	LI	5	NE	E	NE	E	NE	NE	Autorización del Ministerio de Agricultura
12.07.0.07	Orégano	LI	5	NE	E	NE	E	NE	NE	Autorización del Ministerio de Agricultura
16.04.0.02	Preparados y conservas de bonito	LI	45	NE	E	NE	E	NE	NE	Autorización del Ministerio de Agricultura
16.04.0.04	Preparados y conservas de sardina	LI	50	NE	E	NE	E	NE	NE	Autorización del Ministerio de Agricultura
22.09.2.02	Pisco	LI	21	NE	E	NE	E	NE	NE	Autorización del Ministerio de Agricultura
22.09.3.01	Anís o anisado	LI	56	NE	E	NE	E	NE	NE	Autorización del Ministerio de Agricultura
25.30.0.05	Boratos de sodio (bórax natural)	LI	5	NE	E	NE	E	NE	NE	
26.01.1.95	Minerales de antimonio	LI	0	NE	E	NE	E	NE	NE	
28.04.9.05	Selenio	LI	10	NE	E	NE	E	NE	NE	
28.04.9.07	Teluro	LI	10	NE	E	NE	E	NE	NE	
28.11.0.01	Anhidrido arsenioso (trióxido de arsenico, óxido arsenioso, arsénico blanco)	LI	15	NE	E	NE	E	NE	NE	
28.27.0.03	Bióxido de plomo (anhidrido plúm. bico, óxido pulga)	LI	10	NE	E	NE	E	NE	NE	
28.28.3.07 (1)	Oxido e hidróxido cuproso	LI	10	NE	E	NE	E	NE	NE	

(1) El presente ítem fue considerado en la negociación para ser incorporado al Acuerdo definitivo con una preferencia que regirá por dos años.

336

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
28.28.3.99	Oxido de berilio	LI	13	NE	E	NE	E	NE	NE	
28.28.3.99	Trióxido de molibdeno (trióxido)	LI	13	NE	E	NE	E	NE	NE	
28.38.1.10	Sulfato de cobre	LI	10	NE	E	NE	E	NE	NE	Cupo: 1.500 toneladas (1)
38.03.1.01	Carbones activados	LI	10	NE	E	NE	E	NE	NE	
38.19.0.02	Acidos nafténicos	LI	15	NE	E	NE	E	NE	NE	
49.01.1.01	Libros, folletos e impresos similares, técnicos y científicos y de enseñanza, con tapas de papel o cartón	LI	0	NE	E	NE	E	NE	NE	
49.01.1.02	Libros, folletos e impresos similares, litúrgicos, con tapas de papel o cartón	LI	0	NE	E	NE	E	NE	NE	
49.01.9.01	Otros libros, con tapas de papel o cartón	LI	0	NE	E	NE	E	NE	NE	
49.02.0.01	Diarios y publicaciones periódicas impresos, incluso ilustrados	LI	0	NE	E	NE	E	NE	NE	
59.05.1.02	Redes para pesca, de fibras sintéticas	LI	30	NE	E	NE	E	NE	NE	
71.05.1.01	Plata en bruto	LI	0	NE	E	NE	E	NE	NE	
71.13.0.01	Cubiertos, vajillas, Juegos de té, de café y candelabros, de plata 925	LI	55	NE	E	NE	E	NE	NE	
74.01.2.01	Cobre blister	LI	5	NE	E	NE	E	NE	NE	Bajo reserva del artículo 7 del decreto-ley no. 63 de 21/ XI/66 y Resolución 126 del CONCEX
74.01.3.01	Cobre electrolítico en todas sus formas de presentación (barras, lingotes, paralelepípedos (cakes), cilindros (billets), etc.), excepto wire bars y las granallas	LI	5	NE	E	NE	E	NE	NE	Bajo reserva del artículo 7 del decreto-ley no. 63 de 21/ XI/66 y Resolución 126 del CONCEX

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
74.01.3.03	Cobre en wire bars	LI	5	NE	E	NE	E	NE	NE	Bajo reserva del artículo 7 del decreto-ley no. 63 de 21/XI/66 y Resolución 126 del CONCEX
78.01.1.01	Plomo en lingotes o panes	LI	5	NE	E	NE	E	NE	NE	Bajo reserva del artículo 7 del decreto-ley no. 63 de 21/XI/66 y Resolución 126 del CONCEX
78.01.1.11	Plomo electrolítico en lingotes inclusive en panes	LI	5	NE	E	NE	E	NE	NE	Bajo reserva del artículo 7 del decreto-ley no. 63 de 21/XI/66 y Resolución 126 del CONCEX
79.01.1.01	Cinc en bruto, no aleado, en lingotes o panes	LI	5	NE	E	NE	E	NE	NE	Bajo reserva del artículo 7 del decreto-ley no. 63 de 21/XI/66 y Resolución 126 del CONCEX
79.01.2.01	Zamac en lingotes	LI	5	NE	E	NE	E	NE	NE	Bajo reserva del artículo 7 del decreto-ley no. 63 de 21/XI/66 y Resolución 126 del CONCEX
81.04.2.01	Bismuto en bruto	LI	5	NE	E	NE	E	NE	NE	Bajo reserva del artículo 7 del decreto-ley no. 63 de 21/XI/66 y Resolución 126 del CONCEX
81.04.2.02	Cadmio en bruto	LI	5	NE	E	NE	E	NE	NE	Bajo reserva del artículo 7 del decreto-ley no. 63 de 21/XI/66 y Resolución 126 del CONCEX

Notas explicativas del planillado

- E - Exigible
- NE - No exigible

a) La aplicación del gravamen adicional, cuando en la columna 5 figure como no exigible (NE) no regirá para estos productos por no ser objeto de negociación y su eventual alteración o eliminación para terceros países no dará lugar a reclamo en cuanto al margen de preferencia.

- //
- b) Impuesto sobre Operaciones Financieras (columna 6): No negociable, en la actualidad el monto es de 25 por ciento, reducido a 20 por ciento en las operaciones de cambio relativas al pago de importaciones de mercaderías realizadas al amparo de concesiones tarifarias negociadas en el ámbito de la ALALC/ALADI originarias y procedentes de los países miembros beneficiarios de la concesión (decreto-ley no. 1.783 de 18/IV/1980 y no. 1.844 de 30/XII/1980; Resoluciones del Banco Central no. 619 de 29/V/1980, 634 de 27/VIII/1980 y 683 de 5/III/1981).
- c) El artículo 10. del decreto no. 66.175 derogó la exigencia del visto consular en la factura comercial correspondiente a la importación de productos de cualquier procedencia. Asimismo, el artículo 20. prevé que el Ministerio de Relaciones Exteriores, si lo recomendará el Consejo de Política Aduanera, podrá restablecer la exigencia, de modo genérico o apenas para países aislados o grupos de países, de acuerdo con las condiciones prevaletientes en los mercados nacional e internacional (columna 9).
- d) Sujeto, en lo que corresponda, a la Resolución no. 638 del Banco Central del Brasil de 24/IX/1980 (financiamiento a las operaciones de cambio) (columna 10).

PERU

NABALALC	PRODUCTO	ARANCEL NACIONAL	RESIDUAL (AD-VALOR REM)	OBSERVACIONES
1	2	3	4	5
02.01.2.02	Hígados	20*	2	Régimen agropecuario (1)
02.01.2.03	Lenguas	20*	2	Régimen agropecuario (1)
02.01.2.99	Riñones y corazonces (excepto de porcinos)	20*	2	Régimen agropecuario (1)
09.04.0.01	Pimienta (del género "Piper"), sólo entera	50	30	Régimen agropecuario (1)
09.07.0.01	Clavo de especia (clavo de olor) (frutos, clavillos y pedúnculos)	50	25	
15.07.1.09	Aceite de lino (linaza), en bruto	15	10	Régimen agropecuario (1)
15.07.1.16	Aceite de oiticica, en bruto	15	10	Régimen agropecuario (1)
15.07.2.16	Aceite de oiticica, purificado o refinado	20	10	Régimen agropecuario (1)
15.16.0.02	Carnauba	20	5	Régimen agropecuario (1)
20.02.1.03	Arvejas, en recipientes herméticamente cerrados	60	40	Régimen agropecuario (1)
20.06.1.05	Conservas de duraznos (melocotones), al natural	60	40	Régimen agropecuario (1)
20.06.2.05	Conservas de duraznos (melocotones), en almíbar	60	40	Régimen agropecuario (1)
20.06.4.02	Nueces o castañas de caju, en paquetes o envases que no pesen más de 2 kg.	60	35	Régimen agropecuario (1)
27.06.0.01	Alquitranes de hulla	15	10	
27.13.1.01	Parafina, incluso coloreada	15	1	
28.20.2.01	Corindones artificiales	15	10	
28.56.0.02	Carburo de silicio (silicuro de carbono, carborundo)	15	10	

* Por Decreto Supremo no. 076-81-EF de fecha 2 de abril de 1981 se ha establecido temporalmente un derecho de importación de cero por ciento (0%) ad-valorem CIF, hasta el 31 de diciembre de 1981. Estas modificaciones transitorias no alteran los términos del presente Acuerdo.

(1) Ver régimen agropecuario en Anexo.

//

1	2	3	4	5
29.15.1.01	Acido oxálico	20	12	
29.16.1.01	Acido láctico, técnico	20	12	
29.24.0.02	Lecitina	25	15	
29.39.3.99	Las demás hormonas córtico-suprarrenales y similares, sus ésteres y sus sales	10	5	
30.05.3.01	Cementos para obturación dental	35	30	
32.01.0.01	Extracto curtiente de acacia	20	10	Régimen agropecuario (1)
32.08.9.01	Composiciones vitrificables	30	20	
35.03.1.01	Gelatinas	25	20	
35.03.2.99	Cola fuerte	25	20	Régimen agropecuario (1)
37.03.1.01	Papeles y cartulinas, estén o no impresionados, pero sin revelar, para imágenes monocromas, para la producción de calcos fotográficos (diazóicos, ozalid, ferroprusiato y análogos), excepto para la reproducción de planos y dibujos industriales (diazóicos, ozalid, ferroprusiato y análogos)	35	15	
37.03.1.02	Papeles, estén o no impresionados, pero sin revelar, para imágenes policromas	35	15	
40.06.1.02	Soluciones y dispersiones amoniacales de caucho natural o sintético, especiales para sellar envases de hojalata	30	17	
47.01.3.04	Pastas químicas de madera, a la soda y al sulfato, blanqueadas, de coníferas, de hebra larga (con perforaciones)	15	5	
49.01.1.01	Libros, folletos e impresos similares, técnicos y científicos y de enseñanza, con tapas de papel o cartón	0	0	

(1) Ver régimen agropecuario en Anexo.

1	2	3	4	5
49.01.1.02	Libros, folletos e impresos similares, litúrgicos, con tapa de papel o cartón	0	0	
49.01.9.01	Otros libros, con tapa de papel o cartón	0	0	
49.02.0.01	Diarios y publicaciones periódicas impresos, incluso ilustrados	0	0	
70.11.0.04	Bulbos de vidrio para tubos catódicos de televisión	5	1	
76.04.0.01	Hojas y tiras delgadas de aluminio de 0,20 mm. o menos de espesor, sin soporte ni impresos	15	8	
76.05.0.01	Polvo y partículas de aluminio	25	15	
82.07.0.01	Herramientas de corte para trabajar metales constituidos por carburos metálicos y cobalto (50%), llamadas "bits" (1)	20	15	
82.11.1.02	Maquinillas de afeitar, incluso acondicionadas en cajas o estuches con hasta 10 hojas, sueltas, en expedidores o en cinta o banda	25	10	
82.11.8.02	Hojas para maquinillas de afeitar, sueltas o acondicionadas en expedidores o en cajas	35	10	
84.23.2.02	Tractores niveladores ("bulldozers")	15	5	
84.23.2.99	Las demás máquinas para excavación, explanación, nivelación y trabajos semejantes	15	5	
84.23.8.02	Puntas y dientes para las máquinas de la subposición 84.23.2	15	5	

(1) El presente ítem fue considerado en la negociación para ser incorporado al Acuerdo definitivo con una preferencia que regiría por dos años.

//

1	2	3	4	5
84.41.8.02	Agujas para máquinas de <u>co</u> <u>ser</u>	30	15	
84.45.3.99	Fresadoras verticales, hori zontales y universales (1)	35	20	
84.45.6.01	Tornos a revólver	45	40	
84.45.6.02	Tornos paralelo universal	45	40	
84.51.1.01	Máquinas de escribir <u>eléc</u> <u>cas</u>	40	20	
84.51.1.99	Las demás máquinas de escri bir	40	20	
84.52.2.02	Máquinas de contabilidad <u>eléc</u> <u>tricas</u>	40	20	
84.52.3.01	Cajas registradoras <u>mecáni</u> <u>cas</u> (manuales)	40	20	
84.52.3.02	Cajas registradoras <u>eléc</u> <u>cas</u>	40	20	
84.53.0.01	Máquinas automáticas para tratamiento de la <u>informa</u> <u>ción</u> y sus unidades; lecto res magnéticos u ópticos, máquinas para registro de <u>in</u> <u>formaciones</u> sobre soporte en forma codificada y máquinas para tratamiento de estas <u>in</u> <u>formaciones</u> , no <u>especifica</u> <u>das</u> ni comprendidas en otras posiciones; excepto las <u>in</u> <u>tercaladoras</u>	30	20	
84.61.9.01	Válvulas de control de <u>gas</u> en campos petrolíferos "val pack" de tipo árbol de Na- vidad	15	10	
85.02.2.01	Imanes permanentes	50	30	
85.20.8.01	Casquetes de bronce para la fabricación de lámparas <u>in</u> <u>candescentes</u>	10	7	
90.07.1.01	Aparatos fotográficos de <u>fo</u> <u>co</u> fijo (1)	55	20	
90.19.1.01	Aparatos para facilitar la audición a los sordos	10	5	
95.08.0.01	Cápsulas de gelatina vacías para medicamentos	25	5	

(1) El presente ítem fue considerado en la negociación para ser incorporado al Acuerdo definitivo con una preferencia que regiría por dos años.

//

ANEXO

CONDICIONES A QUE ESTA SUJETA LA COMERCIALIZACION
DE PRODUCTOS AGROPECUARIOS (REGIMEN AGROPECUARIO)

1. En concordancia con el artículo 23 del Decreto Legislativo no. 2 (Ley de Promoción y Desarrollo Agrario) la importación y exportación de productos agrarios incluyendo subproductos y su comercialización, pueden efectuarse por cualquier persona natural o jurídica dentro de las disposiciones tributarias y aduaneras vigentes.

Lo anterior se aplica a todos los productos comprendidos en los Acuerdos de alcance parcial suscritos por el Perú al amparo de la Resolución 1 del Consejo de Ministros.

2. Las restricciones de carácter sanitario u otras, serán fijadas en el momento de extenderse el respectivo permiso fito y/o zoonosanitario de importación, los que se encuentran comprendidos en el Reglamento de Importación de Animales, Productos y Subproductos de origen animal, aprobado por R.S. no. 117-76-AL de 5 de octubre de 1976 y en el Reglamento Sanitario para la Importación y Exportación de Productos y Subproductos de origen vegetal, aprobado por R.S. no. 016-76-AL de 25 de octubre de 1976.

Lo expresado significa que la restricción para importación de cualquier producto estaría supeditada a la situación fito y zoonosanitaria del país de origen (Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguay o Uruguay).

De otro lado se hace notar, que de conformidad al Reglamento Sanitario en mención está prohibida la importación de toda clase de hortalizas y frutas al estado fresco de cualquier país, con excepción de peras y duraznos procedentes de la República de Chile.

3. La carne y menudencias, estarán sujetas a regulación de cuotas, establecidas anualmente por el Ministerio de Agricultura.

Los productos agrícolas de consumo directo, estarán sujetos a regulación de volúmenes, establecidas por el Ministerio de Agricultura.

4. Para el caso de las maderas cada cargamento y cada especie deberán estar amparados por el correspondiente Certificado Fitosanitario y una Constancia del Grado de Calidad, expedidos por los organismos oficiales pertinentes.